

O que as eleições de 2016 permitem projetar para as de 2018: uma resposta que começa em 2013

IURI PITTA

INTRODUÇÃO

■ Uma legislação mais restritiva ao financiamento de campanha, um sistema partidário fragmentado como poucos no mundo, uma aguda e persistente crise econômica, os efeitos de uma operação jurídico-policiaI como nunca se viu na arena pública brasileira e a conclusão do segundo processo de impeachment no país em menos de 25 anos transformaram as eleições municipais de 2016 em uma disputa sem precedentes, com resultados e consequências ainda a serem completamente analisadas e compreendidas. Este texto pretende fazer um panorama dos principais fatos observados nesta campanha, apontar aspectos relevantes do comportamento do eleitorado e dos candidatos e partidos que mais se destacaram e potenciais desdobramentos nas eleições gerais de 2018.

Qualquer um dos fatores citados acima já eram suficientemente fortes para seus efeitos serem sentidos nas urnas dos 5.568 municípios brasileiros. A proibição das doações de pessoas jurídicas para partidos e candidatos nestas eleições, após decisão do Supremo Tribunal Federal, provocou significativas mudanças não só no financiamento das campanhas, mas no próprio modo de se pedir votos. A fragmentação do sistema partidário, ainda que não tenha comprometido o espaço e o poder político das principais siglas, exige novos arranjos intrapartidários, ao mesmo tempo que se torna um entrave em um ambiente com menos recursos financeiros a serem doados para as candidaturas e com verba do Fundo Partidário a ser repartida entre mais siglas. A mais grave recessão econômica do país e as investigações de esquemas de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores

(PT), além da cassação do mandato presidencial de Dilma Rousseff, também deixaram suas marcas na performance eleitoral da agremiação cujo status de protagonista do jogo político-partidário se perdeu – a questão ainda a ser respondida é se de forma permanente ou não. Seus dois principais adversários no campo nacional – o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – mantiveram ou ampliaram seu espaço nas administrações municipais, mas só o tempo dirá se foi um avanço circunstancial ou perene. Avaliar o quanto cada um dos fatores conjunturais da campanha de 2016 pesou na decisão de voto dos eleitores, cujo ceticismo em relação aos partidos e à própria democracia tem crescido, e o quanto ainda podem afetar as escolhas de 2018 é o desafio colocado para o próximo biênio.

MAIS PARTIDOS NA DISPUTA

■ Desde a redemocratização do país, em 1985, os brasileiros foram às urnas oito vezes para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Neste nono pleito municipal, em outubro de 2016, estavam aptos a votar 144.088.912 eleitores em 5.568 cidades, um crescimento inferior, tanto em valores nominais quanto proporcionais, em relação a 2012, se comparado com o quadriênio anterior (2008-2012)¹. Foram registrados pelos 35 partidos políticos mais de 496 mil candidatos aos três cargos em disputa, cerca de 1% mais postulantes do que os que efetivamente concorreram na votação de quatro anos antes. Apesar disso, os 10 partidos que mais receberam votos e elegeram prefeitos no primeiro turno de 2016 foram os mesmos de quatro anos antes, tendo havido apenas mudanças de posições nesse ranking. A mais significativa delas, como se mostrará adiante, foi a significativa queda do PT, o crescimento dos principais rivais do petismo, em especial do PSDB, e a manutenção da capilaridade do PMDB.

O já fragmentado sistema partidário brasileiro viu nascer mais seis legendas entre as eleições de 2012 e 2016 aptas a lançarem candidatos na atual disputa. O Partido Ecológico Nacional (PEN), o Partido da Mulher Brasileira (PMB), o Partido Novo, o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), a Rede

1 Conforme dados do TSE, em 2008 estavam aptos a votar 128.806.592 eleitores. Quatro anos depois, houve aumento de 7,56% nesse contingente, somando-se 138.544.348 eleitores. De 2012 para 2016, o crescimento da base eleitoral foi de 4%. Uma hipótese que explicaria o menor ritmo de crescimento do eleitorado é a atualização cadastral e a adoção do sistema de biometria, que permitiria a retirada de eleitores mortos ou com registro duplicado, por exemplo.

Sustentabilidade e o Solidariedade registraram pouco mais de 44 mil candidatos. Hoje, para cada 3 candidatos filiados a uma das 10 maiores agremiações políticas do país, há 2 concorrentes por uma das outras 25 legendas existentes – em 2012, a relação era de 2 candidatos nos grandes partidos para 1 nas siglas menores.

Apesar disso, tais partidos novatos exerceram protagonismo apenas em casos pontuais e pouco afetaram o resultado global da disputa. Dos 5.513 municípios que elegeram prefeitos em primeiro turno, 4.681 vão ser administrados pelos 10 maiores dos 31 partidos que venceram em pelo menos um município. Quatro anos antes, eram 26 as siglas que elegeram pelo menos um prefeito, e as 10 maiores haviam conquistado 4.895 prefeituras. A fragmentação partidária, como se verá adiante, tem pautado o debate nas principais agremiações políticas mais pelas questões de financiamento das campanhas do que pelo excesso de legendas em si.

Nesse cenário de quase estabilidade no número global de candidaturas, aumento das legendas participantes e escassez de recursos financeiros, os partidos tradicionais apresentaram redução nas listas de postulantes. A mais significativa queda foi do PT, que apresentou em 2016 aproximadamente metade do número de candidatos em comparação a 2012. Há quatro anos, a legenda petista foi representada por 44.679 postulantes aos cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito. Dados do TSE mostram que, na atual disputa, o PT apresentou 23.751 candidatos – lista 46,8% menor que a de 2012.

Tanto PMDB quanto PSDB também viram cair o número de candidatos na atual disputa em relação a quatro anos antes, mas em proporção bem inferior aos 47% vistos no PT: a lista peemedebista teve 8% menos postulantes e a tucana, 6% a menos. Esse cenário se repetiu também com praticamente todas as siglas de médio do porte. Levando-se em conta as legendas com mais de 15 mil candidaturas a vereador, vice-prefeito e prefeito, apenas 2 entre 14 siglas conseguiram aumentar suas listas na comparação entre a atual eleição municipal e a anterior.

Na análise dos resultados das três principais legendas, no entanto, nota-se efeitos bem diferentes. A queda do PT na conquista de prefeituras foi ainda mais forte que no lançamento de candidaturas. Em 2012, o partido da então presidente Dilma Rousseff, ainda bem avaliada pela população, havia vencido no primeiro turno em 630 municípios e ameaçava superar o PSDB como segundo maior partido em número de prefeituras sob sua administração. Quatro anos depois, foram 256 vitórias no primeiro turno e possibilidade de eleição de no máximo mais 7 prefeitos no segundo turno – redução de mais de 59% no total de prefeituras petistas e de 60% no total de votos obtidos na votação majoritária.

Em contrapartida, foram os tucanos os que mais ampliaram tanto o número de vitórias no primeiro turno quanto o eleitorado. Em 2016, o PSDB conquistou 793 prefeituras e poderia elevar este número em mais 19 municípios no segundo turno, consolidando o melhor desempenho do partido em eleições municipais desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A votação foi a maior obtida entre todas as siglas no primeiro turno e cresceu 27% em relação à primeira votação de 2012. Quatro anos antes, a agremiação conquistou 695 prefeituras em primeiro turno e terminou aquela campanha com a administração de quatro capitais, todas no Norte ou Nordeste. Neste ano, a reconquista de São Paulo, capital de seu principal reduto, após 12 anos consolida a imagem do PSDB como principal antagonista do PT, apesar de o impeachment de Dilma Rousseff ter tido expoentes do PMDB como protagonistas. Esse desempenho eleitoral dos tucanos, no entanto, também terá reflexos nas disputas internas do partido com vistas a 2018.

Em número de prefeituras, o PMDB manteve a supremacia entre os partidos brasileiros, embora vá governar cidades com população inferior às dos tucanos e tenha diminuído seu eleitorado majoritário. Embora tenha passado a ocupar em definitivo a Presidência da República, com a posse de Michel Temer após o impeachment, o partido parece não ter obtido vantagem significativa na competição eleitoral. Ao contrário, a agremiação manteve a vocação de eleger prefeitos e conquistou 1.028 vitórias, número praticamente igual às 1.017 registradas em 2012, mas perdeu sua principal administração municipal – o Rio de Janeiro – e obteve resultado decepcionante em São Paulo e Belo Horizonte. No segundo turno, o PMDB ainda contava com 14 candidatos na disputa, sendo 6 em capitais. No entanto, o PMDB registrou queda de quase 11% no total de votos recebidos para prefeito em 2 de outubro, na comparação com o primeiro turno de 2012.

O cenário geral do país consolida o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) como siglas de porte médio e significativa atuação no país – no caso do PSD, mais no eixo Sul-Centro-Oeste, e no do PSB, no Nordeste. Ambos, por sua vez, surgem como opções de legenda para eventuais pré-candidatos presidenciais que não conseguirem a indicação em seus atuais partidos – uma migração de Geraldo Alckmin do PSDB para o PSB é assunto corrente no noticiário político, fortalecida pelo fato de o vice do governador paulista ser da legenda socialista. No entanto, os dois partidos dependeriam de fortes alianças com outras agremiações para oferecer um palanque nacional do mesmo porte de que PMDB e PSDB já dispõem.

TABELA I. Total de votos válidos e número de prefeitos eleitos por partido

Partido	2016*			2012			Variação	
	Votos válidos	Eleitos em 1º turno	Candidatos em 2º turno	Votos válidos	Eleitos em 1º turno	Eleitos em 2º turno	Votos válidos	Prefeituras
DEM	4.952.772	265	4	4.518.746	276	2	9,61%	-3,99%
NOVO	38.512	0	0	-	-	-	-	-
PC do B	1.767.051	80	1	1.880.028	51	3	-6,01%	56,86%
PCB	24.501	0	0	45.119	0	-	-45,70%	-
PCO	5.689	0	0	4.284	0	-	32,80%	-
PDT	6.391.166	332	7	6.235.869	304	3	2,49%	9,21%
PEN	286.493	14	0	-	-	-	-	-
PHS	945.782	36	1	315.515	16	-	199,76%	125,00%
PMB	288.893	3	2	-	-	-	-	-
PMDB	14.929.433	1028	14	16.700.255	1015	6	-10,60%	1,28%
PMN	797.497	28	2	564.895	42	-	41,18%	-33,33%
PP	5.659.956	492	2	5.548.756	474	2	2,00%	3,80%
PPL	158.650	4	0	146.686	11	-	8,16%	-63,64%
PPS	2.621.541	117	7	2.452.058	122	3	6,91%	-4,10%
PR	4.553.896	297	4	3.790.935	274	1	20,13%	8,39%
PRB	3.882.427	103	6	2.567.100	79	1	51,24%	30,38%
PROS	689.958	53	0	-	-	-	-	-
PRP	280.645	18	0	383.568	23	-	-26,83%	-21,74%
PRTB	162.215	10	0	317.602	16	0	-48,93%	-37,50%
PSB	8.346.689	410	9	8.685.719	434	6	-3,90%	-5,53%
PSC	1.752.843	85	0	1.685.748	82	0	3,98%	3,66%
PSD	8.017.873	539	7	5.940.993	495	3	34,96%	8,89%
PSDB	17.612.335	791	19	13.881.309	686	9	26,88%	15,31%
PSDC	211.648	9	0	227.149	10	-	-6,82%	-10,00%
PSL	487.592	30	0	287.112	23	-	69,83%	30,43%
PSOL	2.097.623	2	3	2.388.701	1	1	-12,19%	100,00%
PSTU	77.952	0	0	176.336	0	-	-55,79%	-
PT	6.792.380	254	7	17.273.415	630	8	-60,68%	-59,68%
PT do B	267.680	14	0	294.938	25	-	-9,24%	-44,00%
PTB	3.561.801	260	4	4.043.404	298	0	-11,91%	-12,75%
PTC	268.155	15	0	407.375	19	1	-34,17%	-21,05%
PTN	697.627	30	2	347.914	12	-	100,52%	150,00%
PV	1.691.807	101	4	2.141.287	99	1	-20,99%	2,02%
REDE	995.447	5	3	-	-	-	-	-
SD	1.469.099	62	2	-	-	-	-	-

*Os dados do TSE ainda estavam em consolidação quando foram consultados para elaboração desta tabela e, por isso, devem ser tratados como preliminares e passíveis de alterações. Estavam pendentes os dados de pelo menos 26 dos 5.568 municípios.

Fonte: TSE.

MENOS DINHEIRO NAS CAMPANHAS

■ Nesse contexto de alta fragmentação partidária e em meio à crise política que levaria à cassação de Dilma Rousseff a um mês das eleições municipais de 2016, foi sancionada pelo Poder Executivo em setembro do ano anterior, ainda sob o governo da então presidente petista, a Lei 13.165/2015, que ficou conhecida como minirreforma eleitoral. O texto aprovado pelo Congresso Nacional teve como um dos principais articuladores das novas regras o presidente da Câmara dos Deputados da época, Eduardo Cunha, cuja eleição na Casa Legislativa deu início à disputa política que provocou o impeachment de Dilma e o processo por quebra de decoro parlamentar que atingiu o integrante do PMDB fluminense.

As principais mudanças promovidas pela legislação que afetam as campanhas eleitorais propriamente ditas estão resumidas no quadro abaixo:

	Antes da minirreforma	Após a minirreforma
Tempo de campanha eleitoral	90 dias	45 dias
Período de propaganda no rádio e na TV	45 dias	35 dias
Formato da propaganda no rádio e na TV	Dois blocos diários de 30 minutos cada, divididos entre candidatos a prefeito (exibição às segundas, quartas e sextas-feiras) e a vereador (terças, quintas e sábados)	Dois blocos de 10 minutos cada, exclusivo para os candidatos a prefeito
	Inserções diárias de 15, 30 ou 60 segundos cada, num total de 30 minutos, exclusivos para candidatos a prefeito	Inserções diárias de 30 ou 60 segundos cada, num total de 70 minutos, distribuídos entre os candidatos a prefeito (60% do tempo) e a vereador (40% do tempo)
Prazo para domicílio eleitoral e filiação partidária	Um ano antes da votação para o domicílio eleitoral	Um ano antes da votação para o domicílio eleitoral
	Um ano antes da votação para a filiação partidária	Seis meses antes da votação para a filiação partidária
Financiamento de campanha	Permitida a doação por pessoa jurídica	Proibida a doação por pessoa jurídica
	Permitida a doação por pessoa física	Permitida a doação por pessoa física
	Arrecadação feita pelo candidato e por comitê financeiro	Arrecadação feita apenas pelo candidato

A mais significativa novidade destas eleições municipais, no entanto, é fruto de uma decisão judicial, e não legislativa. O Congresso havia aprovado um texto que permitia o financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, trecho que acabou vetado pelo Executivo. A palavra final veio do Supremo Tribunal Federal, ao decidir pela inconstitucionalidade das doações de empresas a partidos e candidatos. Na prática, as legendas e os postulantes só poderão contar com recursos de pessoas físicas ou do Fundo Partidário para custear as despesas das campanhas para

prefeito, vice-prefeito e vereador. Associada aos tetos de gastos previstos pela lei, a mudança é significativa.

Os partidos políticos e as candidaturas estavam habituados a elevar o custo das campanhas a cada eleição. O exemplo mais eloquente desse fenômeno, no nível municipal, é a cidade de São Paulo. As despesas declaradas pelos candidatos eleitos em 2008 e 2012 – respectivamente Gilberto Kassab, então no DEM, e Fernando Haddad, do PT – cresceu 85,5%, em valores corrigidos pelo INPC, índice usado pelo TSE para atualização de preços para definição dos tetos de gastos na campanha de 2016. No caso dos candidatos que também foram ao segundo turno dessas disputas, mas não se elegeram – Marta Suplicy, que em 2008 estava filiada ao PT, e José Serra, do PSDB, quatro anos depois – subiu significativamente, mas em patamar menor: 29,5%². Em 2016, com o novo limite de gastos estipulado pela legislação sancionada em 2015, as despesas para se eleger o prefeito de São Paulo, somados primeiro e segundo turnos, não poderia superar R\$ 59.111.278,36, dos quais R\$ 45.470.214,12 eram o teto para a votação de 2 de outubro. O prefeito eleito, João Dória, declarou ao TSE um total de despesas de R\$ 14.190.551,35, equivalente a 31,2% do limite permitido pela nova legislação e bem abaixo dos gastos informados pelos vencedores das campanhas de 2008 e 2012.

Não bastasse a imposição de um teto legal de gastos, a proibição das doações de empresas e o impacto das investigações da Operação Lava Jato, que associaram contribuições para campanhas a esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público, reduziram significativamente os recursos financeiros disponíveis aos candidatos. Só podem ser recebidas doações de pessoas físicas, desde que não ultrapassem 10% do rendimento bruto obtido pelo doador no ano anterior. No entanto, os candidatos podem usar seus próprios bens para financiar as campanhas, mesmo acima desse limite, desde que não ultrapassem o teto global permitido pelo TSE. Assim, ao permitir que os candidatos financiem suas campanhas com o próprio patrimônio, a legislação deixou uma brecha para que concorrentes com melhores condições financeiras continuem tendo vantagem em relação aos adversários.

2 Em 2008, Gilberto Kassab declarou ter gasto R\$ 29.744.381,46, valor equivalente a 49.033.294,57 a preços de junho de 2016, enquanto Marta Suplicy registrou um total de despesas de R\$ 21.024.222,67 (R\$ 34.658.206,11 a preços de junho de 2016). Quatro anos depois, Fernando Haddad informou ter gasto R\$ 67.987.131,71 para se eleger, enquanto José Serra declarou despesas de R\$ 33.574.353,58, valores equivalentes a R\$ 90.940.428,22 e R\$ 44.909.470,59 em valores corrigidos pelo INPC. O levantamento leva em conta apenas os valores declarados pelos próprios candidatos e não inclui despesas feitas por diretórios ou comitês financeiros.

Novamente, o caso de João Doria em São Paulo é exemplar da nova realidade das campanhas eleitorais. Com patrimônio declarado de R\$ 180 milhões, o tucano foi seu principal financiador na disputa, tendo doado 36,72% das receitas obtidas pela chapa – Doria utilizou R\$ 2.934.100,00 em recursos próprios. O valor é mais de 20 vezes superior às duas principais contribuições de pessoas físicas recebidas pela campanha, ambas de R\$ 120 mil. O candidato ainda recebeu outros R\$ 2.070.000,00 do PSDB. Apesar disso, a prestação de contas do prefeito eleito apontava um déficit de R\$ 6.200.701,27, que seria coberto por meio de novas contribuições de pessoas físicas, segundo a campanha de Doria.

Essa situação se repetiu em municípios dos mais diversos portes. No interior de São Paulo, por exemplo, o prefeito eleito Ailton Carlos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), declarou receitas de campanha de R\$ 251,060,00, dos quais R\$ 191.000,00 (76,1%) saíram dos próprios bolsos do então candidato, cujo patrimônio informado à Justiça Eleitoral é simplesmente o mais alto em todo o Brasil: R\$ 439,7 milhões. Em Jaraguá do Sul (SC), o prefeito eleito pelo PMDB Antidio Lunelli doou à própria campanha 44% dos R\$ 238 mil declarados como receita total de campanha. Esses R\$ 104,5 mil, por sua vez, representam 0,04% do patrimônio de R\$ 280,5 milhões informado ao TSE – que, por sua vez, equivale a 140 vezes a soma dos bens dos outros três adversários na disputa.

A eventual vantagem dos candidatos ricos dependeria de um estudo mais detalhado, para se verificar se houve aumento ou se o patrimônio pessoal já era um fator de desequilíbrio nas campanhas municipais antes da mudança eleitoral, mas é possível se notar que, seja pelo acesso a recursos financeiros, seja pelo próprio perfil de “homem de sucesso” ou de “gestor privado competente”, candidatos com alto patrimônio pessoal parecem ter oferecido um discurso ou uma candidatura mais palatável a um eleitorado que se ressentia não só do distanciamento e da falta de representatividade atual da classe política, mas principalmente da ineficiência dos serviços públicos pelo menos desde as jornadas de manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, em 2013.

MUITO MAIS DO QUE OS 20 CENTAVOS

■ A série de protestos iniciados em diversas capitais do país, em 2013, ano inicial de mandato nas prefeituras, parece ter deixado marcas mais fortes nas Regiões Sul e Sudeste do país, onde se concentraram as maiores manifestações contrárias ao aumento da tarifa do transporte público mantido não só pelos municípios, mas também por governos estaduais e pelo federal. Em especial em São Paulo e no Rio de

Janeiro, passada a primeira leva de atos pela gratuidade do sistema – bandeira levantada pelo Movimento Passe Livre (MPL) –, vieram à tona outras demandas sociais, como melhor qualidade dos serviços públicos de saúde e educação, reivindicações de classe – e o exemplo mais simbólico talvez seja a ação dos Ministérios Públicos contrária à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, que segundo eles limitaria o poder de investigação de promotores e procuradores – e o descontentamento com o sistema de representação política, sintetizado pelo grito “sem partido”.

Ainda que, num primeiro momento, a bandeira inicial contrária ao reajuste tenha sido atendida, posteriormente o poder público promoveu reajustes nas tarifas de ônibus e transporte sobre trilhos com praticamente nenhuma resistência de movimentos organizados ao longo do mandato iniciado naquele ano. Por quê? A princípio, a própria lógica de articulação descentralizada do MPL levou à desmobilização de novos atos com a mesma consistência de 2013 nos anos subsequentes. As outras bandeiras surgidas naquelas primeiras manifestações passaram a ser organizar em movimentos próprios, como nas ocupações dos estudantes de escolas públicas e nos atos que tiveram como mote principal o combate à corrupção. Se, no início, foram os 20 centavos propostos como reajuste nas tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo, definitivamente as demais demandas sociais que vieram à tona a partir de junho de 2013 não só se sobrepuseram como parecem ter deixado consequências eleitorais.

Uma análise preliminar permite detectar alguns pontos em comum dos candidatos eleitos em primeiro turno ou que foram ao segundo turno nas principais capitais do Sul-Sudeste, onde a pressão por melhoria do serviço público tem sido mais articulada do que nas outras regiões. A candidatura de João Doria deve-se muito à atuação do governador Geraldo Alckmin no enfrentamento dentro do PSDB, diante da resistência de outros grupos políticos ligados ao ministro José Serra ou com proximidade com o senador mineiro Aécio Neves, e na articulação com outros partidos para construção de uma coligação com amplo tempo de propaganda eleitoral e com vereadores e candidatos a vereador bem organizados tanto em redutos nos bairros mais periféricos como em grupos sociais e de classe nas regiões de maior renda e escolaridade. No entanto, a imagem do “homem de sucesso” que “não é político, é gestor” e que vai fazer o serviço público funcionar melhor explicam com mais consistência o sucesso eleitoral do neófito, o primeiro candidato à Prefeitura de São Paulo a ser eleito em primeiro turno desde que a disputa passou a ser feita em duas votações.

Assim, muito do mérito dessa conquista se deve ao desempenho e à trajetória pessoal de Doria. Por isso, a vitória política de Alckmin, ainda que inegável

e ainda maior a depender do desfecho da eleição em Belo Horizonte, precisa ser relativizada em relação a projeções para a aspiração presidencial do governador paulista. Para um ex-deputado federal, duas vezes vice-governador e governador mais longo da história do estado, não será possível simplesmente mimetizar o discurso da eficiência sem ter a carreira no setor privado de Doria em uma eventual campanha nacional.

Nas outras capitais do Sudeste, apenas Vitória caminhava para a recondução do atual prefeito. No Rio de Janeiro, o grupo político do PMDB fluminense sofreu uma significativa derrota com a terceira colocação do candidato Pedro Paulo Passos, indicado pelo prefeito Eduardo Paes e mantido na cabeça de chapa apesar do episódio de violência doméstica tornado público ainda na pré-campanha. Verificar quanto do fracasso da candidatura pode ser atribuído exclusivamente ao caso e quanto se deve à avaliação da gestão municipal, e se a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos teve alguma repercussão diante do cenário de grave crise fiscal no Estado do Rio de Janeiro, demandaria um estudo mais aprofundado do caso, mas parece ser possível inferir alguns aspectos em comum na ida ao segundo turno de Marcelo Crivella, senador do Partido Republicano Brasileiro (PRB) vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus, e de Marcelo Freixo, do Partido Solidariedade e Liberdade (PSOL) que tem atuação como deputado estadual fortemente vinculada à crítica à política tradicional e à defesa dos direitos humanos. Ambos, de forma bastante díspar, carregam certa imagem de renovação no cenário político carioca e de contestação aos líderes locais, em especial aos do PMDB. Há outros elementos, como a derrocada do PT e a ascensão do PSOL como polo alternativo para o campo da esquerda, assim como a capilaridade e a organicidade intrínsecas às igrejas neopentecostais como a Universal, que explicam a boa performance eleitoral dos dois candidatos. Mas a saturação com o caciquismo do PMDB fluminense – que inclusive levou ao lançamento de três candidatos com algum vínculo anterior com a gestão Eduardo Paes – parece um fator fundamental para se entender o cenário eleitoral do Rio de Janeiro.

O mesmo tipo de análise, em que o desgaste do incumbente e do grupo político de predomínio na capital levaram à construção de discursos de oposição calçados em uma “nova política” ou em “gestão eficiente”, pode ser repetida com razoável sucesso em outras capitais. Porto Alegre é exemplo disso, com a surpreendente ascensão do deputado federal Nelson Marchezan Júnior (PSDB) com base nas críticas às alianças político-partidárias do adversário, o vice-prefeito Sebastião Melo (PMDB), e no discurso calçado na austeridade fiscal. Em Curitiba, embora Rafael Greca (PMN) seja um político tradicional, a surpresa do

resultado foi o fracasso do prefeito Gustavo Fruet (PDT) em chegar ao segundo turno e a ascensão do deputado estadual Ney Leprevost (PSD) na base do discurso da renovação. Em Belo Horizonte, o deputado estadual João Leite (PSDB) avançou ao segundo turno apostando mais na trajetória pessoal antes e depois da política – foi um goleiro de sucesso no Clube Atlético Mineiro – do que pelos vínculos com os líderes políticos tradicionais, como Aécio Neves. Por sua vez, enfrenta um adversário bastante competitivo e com certa semelhança de trajetória: Alexandre Kalil (PHS) se apresenta como não político, embora tenha sido filiado a partidos há significativo tempo, e ganhou notoriedade como empresário e como dirigente do mesmo Atlético de João Leite. Com um discurso que abusa da polêmica e apoio velado do governador Fernando Pimentel (PT), Kalil pode levar pela primeira vez a Partido Humanista Solidário a uma prefeitura de capital.

Nas capitais das Regiões Norte e Nordeste, foi possível notar um predomínio dos candidatos à reeleição, ao contrário do visto nas outras regiões. Foram reeleitos nomes que já despontam para futuras candidaturas estaduais, como Antônio Carlos Magalhães Neto, do Democratas (DEM), em Salvador, e Firmino Filho, do PSDB, em Teresina. Ainda que haja deficiências nos serviços públicos dessas cidades, a postura mais crítica do eleitorado no Sul e no Sudeste parece ter sido mais implacável com os incumbentes nas capitais do que nas Regiões Norte e Nordeste.

Reforça essa impressão o alto grau de absenteísmo registrado nas capitais. De acordo com os dados disponibilizados pelo TSE, houve variação negativa de 2,6% no total de votos válidos nas 26 capitais somadas na comparação com a eleição de 2012, ante um aumento de 49,2% nos votos nulos dessas cidades. A comparação restrita aos votos nulos – aquele em que o eleitor escolhe um número que não representa um candidato de forma deliberada ou involuntária – parece ser o melhor indicador para retratar o descontentamento do eleitor com a disputa eleitoral, dado que o não comparecimento inclui votantes falecidos ou os que mudaram o local de moradia, mas não transferiram o endereço eleitoral, entre outros casos. Em relação aos votos brancos, houve variação pequena entre 2012 e 2016, embora houvesse sido registrado crescimento significativo no quadriênio anterior, entre 2008 e 2012. Já os votos nulos, se feita a comparação desde 2008, houve aumento nos dois quadriênios, num total de 91,7% entre os dois extremos desse período, como mostra a tabela. Dado que a urna eletrônica já está disseminada entre o eleitorado brasileiro, essa vontade do eleitor em registrar discordância com todos os candidatos de uma disputa eleitoral é um campo a ser mais explorado por estudos da ciência política.

TABELA 2. Comparecimento e absenteísmo nas eleições majoritárias nas capitais

	2008	%	2012	%	2016	%	Δ 2008-2012	Δ 2012-2016	Δ 2008-2016
Eleitorado	29.362.557		30.863.635		32.083.337		5,11%	3,95%	9,27%
Comparecimento	24.632.073	83,89%	25.475.131	82,54%	25.791.155	80,39%	3,42%	1,24%	4,71%
Votos válidos	22.425.439	76,37%	22.632.144	73,33%	22.048.599	68,72%	0,92%	-2,58%	-1,68%
Votos brancos	865.076	2,95%	1.119.736	3,63%	1.171.232	3,65%	29,44%	4,60%	35,39%
Votos nulos	1.341.558	4,57%	1.723.251	5,58%	2.571.594	8,02%	28,45%	49,23%	91,69%
Abstenção	4.730.484	16,11%	5.388.504	17,46%	6.292.182	19,61%	13,91%	16,77%	33,01%

Fonte: TSE.

CONCLUSÕES

■ O efeito que as disputas municipais podem ter sobre as subsequentes votações estaduais e presidencial é assunto sob estudo da ciência política. Parece predominar a visão de que os prefeitos podem ter maior influência sobre a formação das bancadas de deputados federais do que em eventuais vantagens competitivas para candidatos a governador ou a presidente³. As dinâmicas locais, tanto nas capitais quanto nas demais cidades de um estado, costumam prevalecer sobre as questões nacionais, mas na disputa de 2016 é inegável a influência da crise de imagem vivida pelo PT, após o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de ex-dirigentes e ex-ministros vinculados ao partido e o crescimento negativo da economia nos dois anos subsequentes à reeleição da então presidente petista, para o desempenho do partido e o avanço do principal opositor, o PSDB.

Nada parece indicar que o PT será capaz, no biênio 2017-2018, de recuperar parte do estrago sentido após a Operação Lava Jato e o impeachment. O avanço de outros partidos do campo da esquerda, em especial o PDT, pode culminar numa troca de papéis, em que os petistas aceitariam ser coadjuvantes, em vez de protagonistas de uma chapa presidencial pela primeira vez desde 1989. Não

3 Para um exemplo de estudo sobre a correlação entre a eleição das bancadas parlamentares e a eleição municipal anterior, ver Avelino, George, Biderman, Ciro, & Barone, Leonardo S. (2012). Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. *Dados*, 55(4), 987-1013. <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000400005>. Para uma argumentação de que o pleito local não é determinante para os resultados das eleições majoritárias subsequentes, ver Couto, Claudio Gonçalves, Abrucio, Fernando Luiz, & Teixeira, Marco Antonio Carvalho (2013). Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012. *Cadernos Adenauer*, XIV (2), 193-207.

está descartada uma candidatura de Lula, apesar de o ex-presidente enfrentar o desgaste de ser investigado e denunciado no âmbito da Operação Lava Jato, mas tampouco se pode afirmar com total segurança que o petista ainda é um candidato com chances de vitória. Por isso, já há uma defesa pública de que o PT venha a apoiar o nome do ex-ministro e ex-governador cearense Ciro Gomes como candidato a presidente pelo PDT, conforme afirmou o presidente do partido, o ex-ministro dos governos petistas Carlos Lupi.

No campo da antiga oposição, é fato que o PSDB precisará administrar a disputa interna entre Aécio Neves, Geraldo Alckmin e José Serra para que isso não provoque fissuras ou leve a dissidências e até desfiliações no partido. O senador mineiro mantém controle sobre a máquina partidária e procura vincular a atuação de seu grupo na organização da agremiação como fator que explicou o sucesso dos tucanos nas urnas em praticamente todos os 26 estados. No entanto, parte desse bônus depende do resultado da disputa em Belo Horizonte, ainda mais quando comparado com a eleição em primeiro turno na capital paulista do candidato pelo qual Alckmin provocou um tenso enfrentamento de grupos políticos no PSDB paulista, e saiu vencedor. Só isso, porém, não é suficiente para o governador paulista avançar no desejo de sair novamente candidato ao Palácio do Planalto, como fez em 2006.

A posição do PSDB para o próximo biênio depende ainda de seu vínculo e apoio ao governo federal do PMDB de Michel Temer. O presidente tem insistido em não se colocar como candidato à reeleição em 2018 em parte pela pressão dos tucanos para que se dê prioridade antes a uma agenda de reformas como a previdenciária, a política e a trabalhista. Dada a situação econômica do país e a primeira experiência das novas regras eleitorais em 2016, as duas primeiras parecem ter alguma viabilidade de ocorrerem. No caso da reforma política, questões como cláusula de barreira e fim das coligações proporcionais parecem ter alguma chance de aprovação, dada a atual fragmentação partidária associada à escassez de recursos financeiros para as campanhas. Com mais siglas para dividir o Fundo Partidário e as doações privadas de pessoas físicas, as principais legendas estariam dispostas a aprovar regras para restringir o acesso de partidos com pouca representatividade – alguns tratados literalmente como “partidos de aluguel” – aos recursos públicos e ao tempo de propaganda política. Assim, antes que os principais partidos comecem a definir seus nomes e alianças para a disputa de 2018, parece mais verossímil que deem prioridade a reformar as regras eleitorais mais uma vez, de modo a aumentar o acesso a recursos financeiros para custear as campanhas estaduais e nacionais, bem mais dispendiosas que as municipais.

Se fosse possível também uma recomendação aos futuros candidatos e às lideranças partidárias, conviria prestar atenção ao discurso da melhoria dos serviços públicos e à renovação na forma de se exercer os mandatos eletivos vista nas principais campanhas municipais de 2016. De forma constante e progressiva, o eleitor brasileiro tem se mostrado mais insatisfeito com a (falta de) representatividade dos partidos e dos políticos tradicionais, aparentemente com ainda mais força depois da jornada de junho de 2013. Haveria espaço para se viabilizar a candidatura presidencial de uma liderança nacionalmente conhecida, porém suficientemente desvinculada do atual sistema político-partidário e em especial de esquemas de corrupção ou financiamento ilegal de campanhas, com razoável reconhecimento de capacidade para enfrentar o grande desafio de tornar o estado brasileiro mais eficiente e melhor provedor de serviços de saúde, educação e assistência social previstos na Constituição Federal? Essa nos parece ser a pergunta que deve nortear o jogo político nacional tanto quanto as articulações intrapartidárias e interpartidárias e as preocupações sobre o próximo alvo das investigações de esquemas de corrupção.

IURI PITTA · Jornalista graduado pela PUC-SP, é mestrando em administração pública e governo pela EAESP/FGV. Atuou como repórter, chefe de reportagem, editor-assistente e editor-online no jornal *O Estado de S. Paulo* nas áreas de Cidades e Política, e apresentador e comentarista de política na Rádio Estadão. Também foi editor na Editora Abril. É assessor de comunicação e editor no Instituto Teotônio Vilela (ITV).